



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

25/11/2018

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. JUÍZES.....	1
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. ESMAM.....	2
3. JORNAL EXTRA	
3.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	3
3.2. JUÍZES.....	4
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	5
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. JUÍZES.....	6 - 9
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	10
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. ASSESSORIA.....	11 - 12
7.2. AÇÕES TJMA.....	13
7.3. DESEMBARGADOR.....	14
7.4. JUÍZES.....	15
7.5. PRECATÓRIOS.....	16 - 17
7.6. VARA CRIMINAL.....	18 - 19

-- CONSCIÊNCIA HUMANA

Mais amor e respeito ao próximo



*Osmar Gomes dos Santos

Amar, amar e amar! É tudo que o ser humano precisa, merece e deve fazer pelo próximo, pelo mundo. Amar sobre todas as coisas e sob todos os pretextos. Amar acordado, dormir amando, acordar com amor. Amor é tudo!

A vida perpassa o sentido formal da palavra amor. Fora de qualquer razão, transcende o real e o figurado, toma conta do "eu" e liberta para o amor. O amor aos familiares, aos amigos. Amor a todas aquelas pessoas com quem convivemos, ou com quem acabamos de conhecer, amor até mesmo ao desconhecido.

O corredor da alma é um caminho cheio de vida e mistérios. Ele leva a uma janela que ao nos debruçarmos chegamos a um lugar jamais pensado: o da consciência, da real posição do ser humano frente ao ser humano. Sem sobrepujar, sem importar a cor da pele, o formato dos olhos, a bolsa que carrega, a roupa que veste, o carro que dirige, o lugar onde mora. A consciência nos iguala.

E por falar em consciência, no último dia 20 de novembro foi comemorado o Dia da Consciência Negra. Tal fato fez indagar-me: o que é mesmo consciência negra? De que ela se difere das consciências branca, parda, mameluca? Não sabia se comemorava por ser descendente de negro com branco – e com isso me considerar e ser um negro – ou se aprofundava minha reflexão sobre o mote desse projeto de lei que instituiu o aludido feriado.

O Maranhão foi um dos estados que adotou o aludido dia 20 como feriado. Embora muito debate surja em torno do assunto, acredito ser válido que o dia seja guardado como um marco para a promoção da igualdade, independente da cor que se carrega na pele.

Não se pode negar a dívida que o Brasil carrega com sua população negra. Embora não exista uma segregação institucionalizada, como ocorreria em outros países, ainda persiste uma segregação que se dá pela conduta e comportamento para com aqueles que possuem o tom da pele mais escuro. Convém lembrar que pós escravidão os negros foram largados à própria sorte, sem emprego, sem moradia, sem dignidade.

Dai porque é importante o enfrentamento dessa questão, mas tomando-se os mesmos cuidados de não promover um efeito reverso, no qual se valoriza o negro em detrimento do

branco, do pardo, do ruivo. Não somos diferentes, repito. Somos humanos, um igual ao outro, em toda nossa constituição. Rememoro os discursos de Nelson Mandela, que sofreu e lutou contra o regime do apartheid, na África do Sul, para marcar minha posição

Mandela, um dos maiores líderes que o mundo já viu, ao tratar da política dos povos afirmou: "Lutei contra a dominação branca e lutei contra a dominação negra. Porque eu promovi o ideal de uma sociedade democrática e livre, na qual todas as pessoas possam viver em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal que espero viver mas, se necessário for, é um ideal para o qual estou preparado para morrer".

No dizer de Mandela, nem consciência negra nem consciência branca, mas consciência sob todos os aspectos: a consciência verdadeiramente humana.

Ao receber o Prêmio Nobel da Paz, compartilhado com o presidente sul-africano F.W. de Klerk, em 1993, Nelson Mandela, em seu discurso afirmou para todos os que os assistiam: "O valor da nossa recompensa compartilhada deve ser medida e a paz triunfará. Porque a humanidade que une negros e brancos em uma só raça dirá a cada um de nós que devemos viver como filhos do paraíso".

Mandela continua: "Mas ainda há gente em nosso país que erroneamente acredita que se contribui para a Justiça e à paz aderindo a esses dogmas que só trouxeram desastre.

Esperamos que eles possam ser abençoados com o raciocínio, o suficiente para perceber que a história não pode ser negada e que uma nova sociedade não pode ser criada a partir da reprodução de um passado desagradável, por mais que se tente disfarçá-lo ou reconstruí-lo".

A história a que Mandela se refere é a da humanidade, a minha, a sua. É o legado de todas as cores, porque todas são uma só: a raça humana. Quem foi o primeiro a insinuar que temos distinções? Pois este estava coberto de enganos. Sobre tudo, nas relações sociais, deve prevalecer o respeito e os direitos a oportunidades iguais, tal como diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, de forma particular no Brasil, a nossa Carta Constitucional.

Essa construção da consciência universal, indubitavelmente, passa pela educação. Como melhorar os índices de escolaridade, qualificação e requalificação de todos? Penso que essa tarefa perpassa pelos entes federativos (União, Estados e Municípios), que devem criar mecanismos que fomentem escolas e universidades públicas de qualidade, em detrimento das facilidades para

se abrir uma instituição de ensino privada.

Isso remete, naturalmente, a melhores condições de trabalho para os professores e servidores desse setor, contemplando ações de valorização pessoal e oferta de estrutura condizente com os objetivos educacionais, que por sua vez devem refletir os objetivos da nação que almeja o progresso.

É preciso mais que uma Lei de Diretrizes e Bases. A educação de qualidade requer atenção máxima, acompanhamento, desde os anos mais básicos até a educação especializada. Condições adequadas para as séries iniciais, onde se trabalha aspectos indispensáveis ao desenvolvimento cognitivo do aluno. A pluralidade educacional iniciada na fase ginasial, onde cultura e esporte são inseridos com mais veemência.

Um ensino médio que faça jus ao seu propósito de preparar para a vida acadêmica e profissional, aportando, por fim, em um ensino superior digno de capacitar nossos cérebros para os desafios mundiais que se agigantam. Vejam que durante toda essa trajetória educacional não há espaço para discernimento deste ou daquela em razão de sua cor.

Esse desafio é possível ser alcançado. A Coreia do Sul aniquilou o analfabetismo em quase meio século e desponta como um dos países mais desenvolvidos do mundo. A China tem em curso um dos maiores programas educacionais do planeta, cujos resultados já refletem em inúmeras melhorias e coloca o país como único capaz de ameaçar a hegemonia norte-americana.

Isso demonstra que os caminhos não precisam necessariamente ser iguais para todos, pois cada qual carrega uma história que lhe é particular. Mas as oportunidades sim, estas devem alcançar todos – em todos os rincões de nosso Brasil –, levando as condições necessárias à promoção social da nação.

Igualdade para todos, de todas as cores, raças, crenças e religiões. O mundo precisa de mais amor e este começa com o respeito. Que as pessoas possam ser amadas, reconhecidas e valorizadas pelo conjunto de valores que carregam consigo e que prevaleça o respeito a uma só raça: a humana.

***Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís;
Membro das Academias Ludovicense de Letras,
Maranhense de Letras Jurídicas e
Matinhense de Ciências, Artes e Letras.**

CONSTITUIÇÃO

Trinta anos da Constituição é tema de congresso de Direito na AL

Evento promovido pela Assembleia Legislativa do Maranhão vai reunir especialistas em Direito

A Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) e a Escola Superior da Magistratura (Esmam) promoverão, de 28 a 30 de novembro, em São Luís, o Congresso “30 Anos da Constituição Federal: desafios e perspectivas”. O evento gratuito reunirá ministros do STF e STJ, magistrados, parlamentares, operadores do Direito e outros especialistas para discutir sobre os avanços sociais e novos desafios da carta magna promulgada em 1988.

O ministro Nelson Azevedo Jobim (STF) proferirá a conferência de abertura, às 19h, no Auditório Fernando Falcão (Alema), onde fará um balanço geral sobre a trajetória e o futuro da Constituição Federal, com participação de mais de 300 inscritos.

Temas – Também serão abordados temas como “Direito do Consumidor”, “Explosão de Demandas Judiciais Direitos Fundamentais”, “Direitos Humanos”, “Pluralismo e Tolerância”, “Recursos Constitucionais”, “Estado Democrático”, “Administração dos Tribunais de Justiça”, “Estado

Constitucional”, “Papel do Ministério Público” e “Governabilidade”.

Participarão como palestrantes o ministro Ricardo Villas Boas Cueva (STJ); desembargador José Joaquim Figueiredo (presidente do TJMA); deputado Othelino Neto (presidente da Alema); Flávio Dino (governador do Maranhão); os professores Sérgio Arenhart, Cláudia Lima Marques e José Eduardo Cardozo (ex-Ministro da Justiça); os magistrados Ney Bello e Weliton Sousa Carvalho, a ex-Procuradora Geral de Justiça Elimar Figueiredo e o advogado Sérgio Bermudes.

Na abertura do Congresso, serão homenageados pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão senadores e deputados constituintes do Estado. Uma seleção de trabalhos no formato de resumos expandidos será exposta por pesquisadores e estudiosos sobre a história, avanços e perspectivas da Constituição Federal de 1988.

(Blog Do Minard)

Divulgação



Os 30 anos da Constituição Federal serão lembrados em evento no Maranhão.

Juiz convoca aprovados para a função de conciliador voluntário

O juiz Josemilton Silva Barros, titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Timon, homologou o resultado do processo seletivo simplificado de candidatos ao preenchimento de vagas na função de “Conciliador Voluntário”, junto ao Juizado Especial Cível e Criminal da comarca.

O Edital nº 172018, assinado pelo juiz em 22 de novembro, traz a relação dos cinco primeiros aprovados e demais classificados, dentre bacharéis e acadêmicos de Direito, e, ainda, a lista dos dez convocados dentro do número de vagas disponíveis.

De acordo com o edital, os convocados são os seguintes: Kamilla Silva Vieira Mousinho Rocha, Eline Leite Melo, Luara da Fonseca Barros, Eleusis Maria de Britto Neta,

Isadora da Costa Soares, Stenny Dyego Silva Rocha, Antônia Denise Rodrigues Nascimento, Rayssa Coutinho Medeiros, Karollynne Loiola Lira Silva e Bruno Andrade Rodrigues.

Os candidatos convocados vão participar do “Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores”, que será realizado na sala de casamentos do Fórum “Amarantino Ribeiro Gonçalves”, no período de 3 a 7 de dezembro de 2018, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Os convocados devem se apresentar, no prazo de dois dias úteis, a partir da publicação do edital no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na secretaria do Juizado Cível e Criminal de Timon, com a documentação exigida.

Opinião

As matérias assinadas são de
inteira responsabilidade dos
seus autores

CONSCIÊNCIA HUMANA

*Osmar Gomes dos Santos

Amar, amar e amar! É tudo que o ser humano precisa, merece e deve fazer pelo próximo, pelo mundo. Amar sobre todas as coisas e sob todos os pretextos. Amar acordado, dormir amando, acordar com amor. Amor é tudo!

A vida perpassa o sentido formal da palavra amor. Fora de qualquer razão, transcende o real e o figurado, toma conta do “eu” e liberta para o amor. O amor aos familiares, aos amigos. Amor a todas aquelas pessoas com quem convivemos, ou com quem acabamos de conhecer, amor até mesmo ao desconhecido.

O corredor da alma é um caminho cheio de vida e mistérios. Ele leva a uma janela que ao nos debruçarmos chegamos a um lugar jamais pensado: o da consciência, da real posição do ser humano frente ao ser humano. Sem sobrepujar, sem importar a cor da pele, o formato dos olhos, a bolsa que carrega, a roupa que veste, o carro que dirige, o lugar onde mora. A consciência nos iguala.

E por falar em consciência, no último dia 20 de novembro foi comemorado o Dia da Consciência Negra. Tal fato fez indagar-me: o que é mesmo consciência negra? De que ela se difere das consciências branca, parda, mameluca? Não sabia se comemorava por ser descendente de negro com branco – e com isso me considerar e ser um negro – ou se aprofundava minha reflexão sobre o mote desse projeto de lei que instituiu o aludido feriado.

O Maranhão foi um dos estados que adotou o aludido dia 20 como feriado. Embora muito debate surja em torno do assunto, acredito ser válido que o dia seja guardado como um marco para a promoção da igualdade, independente da cor que se carrega na pele.

Não se pode negar a dívida que o Brasil carrega com sua população negra. Embora não exista uma segregação institucionalizada, como ocorreu em outros países, ainda persiste uma segregação que se dá pela conduta e comportamento para com aqueles que possuem o tom da pele mais escuro. Convém lembrar que pós escravidão os negros foram largados à própria sorte, sem emprego, sem moradia, sem dignidade.

Daí porque é importante o enfrentamento dessa questão, mas tomando-se os mesmos cuidados de não promover um efeito reverso, no qual se valoriza o negro em detrimento do branco, do pardo, do ruivo. Não somos diferentes, repito. Somos humanos, um igual ao outro, em toda nossa constituição. Rememoro os discursos de Nelson Mandela, que sofreu e lutou contra o regime do apartheid, na África do Sul, para marcar minha posição.

Mandela, um dos maiores líderes que o mundo já viu, ao tratar da política dos povos afirmou: “Lutei contra a dominação branca e lutei contra a dominação negra. Porque eu promovi o ideal de uma sociedade democrática e livre, na qual todas as pessoas possam viver em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal que espero viver mas, se necessário for, é um ideal para o qual estou preparado para morrer”.

No dizer de Mandela, nem consciência negra nem consciência branca, mas consciência sob todos os aspectos: a consciência verdadeiramente humana.

Ao receber o Prêmio Nobel da Paz, compartilhado com o presidente sul-africano F.W. de Klerk, em 1993, Nelson Mandela, em seu discurso afirmou para todos os que os assistiam: “O valor da nossa recompensa compartilhada deve ser medida e a paz triunfará. Porque a humanidade que une negros e brancos em uma só raça dirá a cada um de nós que devemos viver como filhos do paraíso”.

Mandela continua: “Mas ainda há gente em nosso país que erroneamente

acredita que se contribui para a Justiça e à paz aderindo a esses dogmas que só trouxeram desastre.

Esperamos que eles possam ser abençoados com o raciocínio, o suficiente para perceber que a história não pode ser negada e que uma nova sociedade não pode ser criada a partir da reprodução de um passado desagradável, por mais que se tente disfarçá-lo ou reconstruí-lo”.

A história a que Mandela se refere é a da humanidade, a minha, a sua. É o legado de todas as cores, porque todas são uma só: a raça humana. Quem foi o primeiro a insinuar que temos distinções? Pois este estava coberto de enganos. Sobre tudo, nas relações sociais, deve prevalecer o respeito e os direitos a oportunidades iguais, tal como diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, de forma particular no Brasil, a nossa Carta Constitucional.

Essa construção da consciência universal, indubitavelmente, passa pela educação. Como melhorar os índices de escolaridade, qualificação e requalificação de todos? Penso que essa tarefa perpassa pelos entes federativos (União, Estados e Municípios), que devem criar mecanismos que fomentem escolas e universidades públicas de qualidade, em detrimento das facilidades para se abrir uma instituição de ensino privada.

Isso remete, naturalmente, a melhores condições de trabalho para os professores e servidores desse setor, contemplando ações de valorização pessoal e oferta de estrutura condizente com os objetivos educacionais, que por sua vez devem refletir os objetivos da nação que almeja

o progresso.

É preciso mais que uma Lei de Diretrizes e Bases. A educação de qualidade requer atenção máxima, acompanhamento, desde os anos mais básicos até a educação especializada. Condições adequadas para as séries iniciais, onde se trabalha aspectos indispensáveis ao desenvolvimento cognitivo do aluno. A pluralidade educacional iniciada na fase ginasial, onde cultura e esporte são inseridos com mais veemência.

Um ensino médio que faça jus ao seu propósito de preparar para a vida acadêmica e profissional, aportando, por fim, em um ensino superior digno de capacitar nossos cérebros para os desafios mundiais que se agigantam. Vejam que durante toda essa trajetória educacional não há espaço para discernimento deste ou daquela em razão de sua cor.

Esse desafio é possível ser alcançado. A Coreia do Sul aniquilou o analfabetismo em quase meio século e desponta como um dos países mais desenvolvidos do mundo. A China tem em curso um dos maiores programas educacionais do planeta, cujos resultados já refletem em inúmeras melhorias e coloca o país como único capaz de ameaçar a hegemonia norte-americana.

Isso demonstra que os caminhos não precisam necessariamente ser iguais para todos, pois cada qual carrega uma história que lhe é particular. Mas as oportunidades sim, estas devem alcançar todos – em todos os rincões de nosso Brasil –, levando as condições necessárias à promoção social da nação.

Igualdade para todos, de todas as cores, raças, crenças e religiões. O mundo precisa de mais amor e este começa com o respeito. Que as pessoas possam ser amadas, reconhecidas e valorizadas pelo conjunto de valores que carregam consigo e que prevaleça o respeito a uma só raça: a humana.

***Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.**



Em Foco

Balcão de Renegociação de Dívidas



Começa nesta segunda-feira (26), às 10h, o Balcão de Renegociação de Dívidas no Pátio Norte Shopping, em Paço do Lumiar, na Grande Ilha. É um evento promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, com o apoio do Governo do Estado. A ideia é ajudar os maranhenses com dívidas vencidas a limpar o nome. O Balcão vai até a sexta-feira (30). Haverá estandes de várias empresas e instituições. O consumidor com dívida vencida com alguma delas pode ir até o local e dialogar para tentar fazer a renegociação. Estarão presentes bancos, empresas, instituições públicas, concessionárias de serviços públicos e instituições de ensino superior, além de centenas de empresas acessíveis por plataformas digitais.

CONSCIÊNCIA HUMANA

Mais amor e respeito ao próximo

OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludo-vice de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

Amar, amar e amar! É tudo que o ser humano precisa, merece e deve fazer pelo próximo, pelo mundo. Amar sobre todas as coisas e sob todos os pretextos. Amar acordado, dormir amando, acordar com amor. Amor é tudo!

A vida perpassa o sentido formal da palavra amor. Fora de qualquer razão, transcende o real e o figurado, toma conta do “eu” e liberta para o amor. O amor aos familiares, aos amigos. Amor a todas aquelas pessoas com quem convivemos, ou com quem acabamos de conhecer, amor até mesmo ao desconhecido.

O corredor da alma é um caminho cheio de vida e mistérios. Ele leva a uma janela que ao nos debruçarmos chegamos a um lugar jamais pensado: o da consciência, da real posição do ser humano frente ao ser humano. Sem sobrepujar, sem importar a cor da pele, o formato dos olhos, a bolsa que carrega, a roupa que veste, o carro que dirige, o lugar onde mora. A consciência nos iguala.

E por falar em consciência, no último dia 20 de novembro foi comemorado o Dia da Consciência Negra. Tal fato fez indagar-me: o que é mesmo consciência negra? De que ela se difere das consciências branca, parda, mameluca? Não sabia se comemorava por ser descendente de negro com branco – e com isso me considerar e ser um negro – ou se aprofundava minha reflexão sobre o mote desse projeto de lei que instituiu o aludido feriado.

O Maranhão foi um dos estados que adotou o aludido dia 20 como feriado. Embora muito debate surja em torno do assunto, acredito ser válido que o dia seja guardado como um marco para a promoção da igualdade, independente da cor que se carrega na pele.

Não se pode negar a dívida que o Brasil carrega com sua população negra. Embora não exista uma segregação institucionalizada, como ocorrera em outros países, ainda persiste uma segregação que se dá pela conduta e comportamento para com aqueles que possuem o tom da pele mais escuro. Convém lembrar que pós escravidão os negros foram largados à própria sorte, sem emprego, sem moradia, sem dignidade.

Daí porque é importante o enfrentamento dessa questão, mas toman-

do-se os mesmos cuidados de não promover um efeito reverso, no qual se valoriza o negro em detrimento do branco, do pardo, do ruivo. Não somos diferentes, repito. Somos humanos, um igual ao outro, em toda nossa constituição. Rememoro os discursos de Nelson Mandela, que sofreu e lutou contra o regime do apartheid, na África do Sul, para marcar minha posição.

Mandela, um dos maiores líderes que o mundo já viu, ao tratar da política dos povos afirmou: “Lutei contra a dominação branca e lutei contra a dominação negra. Porque eu promovi o ideal de uma sociedade democrática e livre, na qual todas as pessoas possam viver em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal que espero viver mas, se necessário for, é um ideal para o qual estou preparado para morrer”.

No dizer de Mandela, nem consciência negra nem consciência branca, mas consciência sob todos os aspectos: a consciência verdadeiramente humana.

Ao receber o Prêmio Nobel da Paz, compartilhado com o presidente sul-africano F.W. de Klerk, em 1993, Nelson Mandela, em seu discurso afirmou para todos os que os assistiam: “O valor da nossa recompensa compartilhada deve ser medida e a paz triunfará. Porque a humanidade que une negros e brancos em uma só raça dirá a cada um de nós que devemos viver como filhos do paraíso”.

Mandela continua: “Mas ainda há gente em nosso país que erroneamente acredita que se contribui para a Justiça e à paz aderindo a esses dogmas que só trouxeram desastre.

Esperamos que eles possam ser abençoados com o raciocínio, o suficiente para perceber que a história não pode ser negada e que uma nova sociedade não pode ser criada a partir da reprodução de um passado desagradável, por mais que se tente disfarçá-lo ou reconstruí-lo”.

A história a que Mandela se refere é a da humanidade, a minha, a sua. É o legado de todas as cores, porque todas são uma só: a raça humana. Quem foi o primeiro a insinuar que temos distinções? Pois este estava coberto de enganos. Sobre tudo, nas relações sociais, deve prevalecer o respeito e os direitos a oportunidades iguais, tal como diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, de forma particular no Brasil, a nossa Carta Constitucional.

Essa construção da consciência universal, indubitavelmente, passa pela educação. Como melhorar os índices de escolaridade, qualificação e

requalificação de todos? Penso que essa tarefa perpassa pelos entes federativos (União, Estados e Municípios), que devem criar mecanismos que fomentem escolas e universidades públicas de qualidade, em detrimento das facilidades para se abrir uma instituição de ensino privada.

Isso remete, naturalmente, a melhores condições de trabalho para os professores e servidores desse setor, contemplando ações de valorização pessoal e oferta de estrutura condizente com os objetivos educacionais, que por sua vez devem refletir os objetivos da nação que almeja o progresso.

É preciso mais que uma Lei de Diretrizes e Bases. A educação de qualidade requer atenção máxima, acompanhamento, desde os anos mais básicos até a educação especializada. Condições adequadas para as séries iniciais, onde se trabalha aspectos indispensáveis ao desenvolvimento cognitivo do aluno. A pluralidade educacional iniciada na fase ginásial, onde cultura e esporte são inseridos com mais veemência.

Um ensino médio que faça jus ao seu propósito de preparar para a vida acadêmica e profissional, aportando, por fim, em um ensino superior digno de capacitar nossos cérebros para os desafios mundiais que se agigantam. Vejam que durante toda essa trajetória educacional não há espaço para discernimento deste ou daquela em razão de sua cor.

E esse desafio é possível ser alcançado. A Coreia do Sul aniquilou o analfabetismo em quase meio século e desponta como um dos países mais desenvolvidos do mundo. A China tem em curso um dos maiores programas educacionais do planeta, cujos resultados já refletem em inúmeras melhorias e coloca o país como único capaz de ameaçar a hegemonia norte-americana.

Isso demonstra que os caminhos não precisam necessariamente ser iguais para todos, pois cada qual carrega uma história que lhe é particular. Mas as oportunidades sim, estas devem alcançar todos – em todos os rincões de nosso Brasil –, levando as condições necessárias à promoção social da nação.

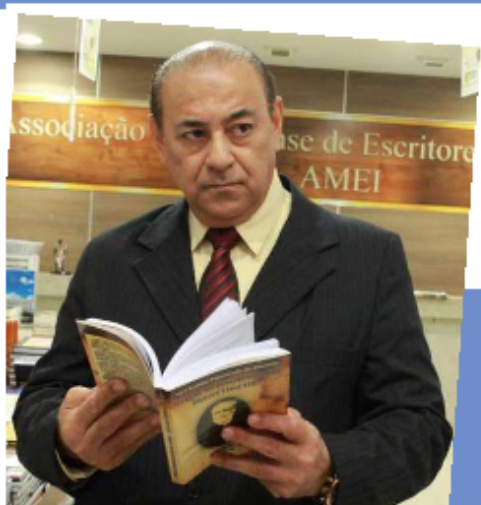
Igualdade para todos, de todas as cores, raças, crenças e religiões. O mundo precisa de mais amor e este começa com o respeito.

Que as pessoas possam ser amadas, reconhecidas e valorizadas pelo conjunto de valores que carregam consigo e que prevaleça o respeito a uma só raça: a humana.

LANÇAMENTO

Juiz Eulálio Figueiredo resgata história do crime de Pontes Visgueiro em Livro

IMPAR



LITERATURA

Alerta à violência de gênero

Com base nos autos do caso Pontes Visgueiro contra uma jovem de 15 anos, no século XIX, que abalou a sociedade maranhense

SAMARTONY MARTINS

O livro *O crime do desembargador Pontes Visgueiro*, lançado na última sexta-feira (23), na Livraria Amei, do São Luís Shopping, de autoria do juiz de Direito José Eulálio Figueiredo de Almeida, revela detalhes dos autos do processo do crime que abalou a sociedade da capital da província do Maranhão, na segunda metade do século XIX, mais precisamente no mês de junho do ano de 1872.

Tomado de ciúmes e fúria, o então desembargador José Cândido Pontes Visgueiro, um homem sexagenário, mata a jovem Maria da Conceição, de 15 anos, com a qual mantinha um relacionamento, com requintes de crueldade, jogando na lama a sua honra e a sua reputação, manchando de sangue juvenil a toga do Judiciário maranhense. Em entrevista a *O Imparcial*, José Eulálio Figueiredo de Almeida revelou que no auto de qualificação e interrogatório de Pontes Visgueiro, perante o Supremo Tribunal de Justiça, o mesmo confessou que matou Maria da Conceição “porque a amava muito”. “Com essa afirmação, fica claro que o velho desembargador, que possuía 62 anos de idade, cometeu o delito movido por ciúmes e irrefreável paixão, fatores que vinculados à sua própria história de vida implicariam, em tese, na avaliação de sua conduta sob o ponto de vista da demência senil, coisa que os juízes da suprema corte imperial não levaram em consideração, notadamente porque não dispunham de elementos técnicos e legislativos à época”, explicou José Eulálio Figueiredo.

Para José Eulálio Figueiredo de Almeida, o dia 14 de agosto de 1873, data da morte de Maria da Conceição, vítima desse brutal homicídio, simboliza o marco da violência de gênero em solo maranhense. E que a fim

de que seja evitada a incidência de conduta agressiva à integridade física ou psicológica da mulher maranhense, bem como à sua dignidade, qualquer que seja sua condição humana, o magistrado sugere que a data da morte de Maria da Conceição (14 de agosto) seja celebrada como o dia maranhense de combate à violência de gênero contra a mulher, com o objetivo de divulgar e intensificar as políticas públicas concernentes à eliminação desse grave problema que estimula a desigualdade de gênero e aflige a sociedade.

José Eulálio Figueiredo de Almeida afirma que a sua proposta não possui cunho político, e que a sua única intenção é unicamente estabelecer uma forma de reparação póstuma a Maria da Conceição, bem

como chamar a atenção dos setores envolvidos com a implementação e o estudo das políticas públicas de valorização e proteção da mulher maranhense a esse fato ocorrido na cidade de São Luís, a fim de que a data acima indicada seja instituída por lei como o dia de combate a violência de gênero contra a mulher no Estado do Maranhão.

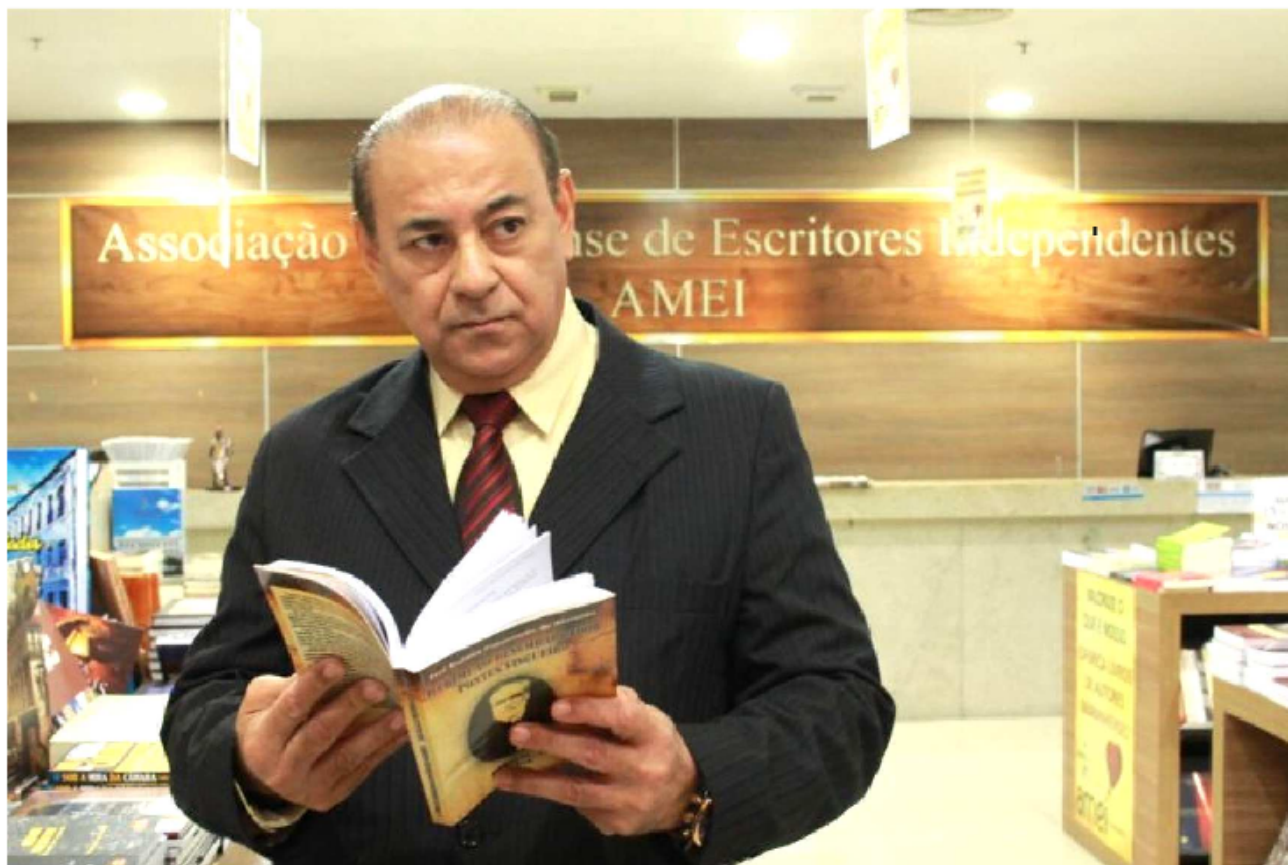
Em seu livro, José Eulálio Figueiredo destaca que, se a conduta de Pontes Visgueiro fosse examinada sob o ponto de vista das inúmeras enfermidades que alegava possuir, no plano da psiquiatria ou da psicopatologia forense, o desfecho provavelmente seria outro que não a condenação à pena de prisão perpétua. Presumo que, em nossos dias, haveria uma probabilidade de

Pontes Visgueiro (se considerado inimputável ou semi-imputável), medido o grau de periculosidade, receber como reprimenda o que conhecemos como medida de segurança, haja vista a ausência, em tese, de percepção neurocognitiva que leva a distúrbios de comportamento.

Durante a entrevista, José Eulálio Figueiredo de Almeida, ressaltou que a sua obra não tem como objetivo julgar Pontes Visgueiro pelos desatinos cometidos, nem apontar em Maria da Conceição defeitos e culpas, mas contar aos leitores essa triste história com o olhar do pesquisador e do jurista isento, que se preocupa em descobrir novos conhecimentos e encontrar possíveis respostas para as situações e circunstâncias que moveram a hipótese criminosa, a partir da perspectiva fática, histórica e jurídica.

A intenção é possibilitar o enfoque do tema, sob o ponto de vista de sua atualidade

José Eulálio Figueiredo de Almeida acrescentou que o livro manteve fielmente, no que concerne aos textos transcritos, a ortografia utilizada à época. “A intenção é possibilitar o enfoque do tema, sob o ponto de vista de sua atualidade, mas com os olhos voltados para o tempo e o ambiente em que os fatos se consumaram, pois sem essa compreensão será impossível entender por que o passado e o presente estarão sempre ligados por elos indissociáveis”, disse José Eulálio.



JUIZ PROPÕE O DIA MARANHENSE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER

Saiba como limpar seu nome no Balcão de Renegociação de Dívidas

Os maranhenses com dívidas vencidas têm a oportunidade de entrar 2019 com o nome limpo sem apertar tanto o orçamento. Este é objetivo do Balcão de Renegociação de Dívidas, que começa na segunda-feira (26) no Pátio Norte Shopping, em Paço do Lumiar, na Grande Ilha. O evento vai até a sexta-feira (30).

O local vai reunir diversos estandes de empresas e instituições públicas para renegociar as dívidas dos contribuintes que estão inadimplentes. A abertura do Balcão vai ser às 10h de segunda-feira.

O evento é promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão e tem o apoio do Governo do Estado. O Centro de Conciliação de Paço do Lumiar também participa da organização.

Como fazer

Para renegociar, os contribuintes chegam e vão até o estande ou balcão da empresa ou instituição com a qual tem dí-

vida vencida. Ambos os lados dialogam para tentar chegar a um acordo. Esse acordo pode ser, por exemplo, o parcelamento da dívida.

"O Balcão viabiliza, de forma simples e rápida, a negociação direta entre empresas e consumidores, com boas oportunidades para os cidadãos regularizarem suas pendências financeiras", diz o coordenador do Núcleo de Conciliação do TJ, Alexandre Abreu.

Os consumidores devem levar cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos, etc).

O Balcão do Tribunal de Justiça também vai oferecer outros serviços, como consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas) e cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



O Brasil entrou em colapso

O Brasil continua sendo o país das incertezas e permanece patinando para alcançar taxas de crescimento, condenando-nos a viver dentro de limites medíocres, com imensa desigualdade social, forte cultura servil, sistema público ineficiente, violência, pobreza, fome, saúde precária, qualidade de ensino inaceitável e cidadãos invisíveis jogados numa sociedade que não os acolhe.

O país precisa redesenhar a sua história e resolver os problemas sociais ainda enraizados nos tempos da colonização, período em que o país vivia “num ambiente completamente fictício de uma civilização de empréstimo”, como chegou a dizer, em vida, o saudoso jornalista e escritor Euclides da Cunha, na resenha intitulada “história de uma longa e persistente desilusão”.

Publicada no final da primeira fase da República a resenha de Euclides da Cunha constituiu-se num espantoso prenúncio das mazelas sociais e econômicas que vivemos com a desconexão entre o Brasil profundo e a elite política neoliberal que conduz os destinos do país hoje.

A verdade é que o Brasil entrou em colapso. Nossa economia estagnou, asfixiada por regulações, tarifas e uma carga tributária elevadíssima, acompanhada do esbanjamento do dinheiro público por um Governo constantemente envolvido em escândalos de corrupção. Os políticos corruptos – que fecham os olhos frente à realidade e optam por viver dentro de uma bolha atribuindo, de forma perversa, o nosso atraso ao mundo exterior – esquecem que cabe a eles redesenhar a história do país. Ao contrário disso, eles investem na despolitização da população com estratégias de manutenção e prolongação do poder dos grupos que hoje dominam o país. Nossos políticos reduzem nossa democracia a discursos conservadores, retrógrados, repressores, extremistas, polarizados, tendo como componente o ódio perpetuado em demasia nas redes sociais na Internet, sem o mínimo de reflexão sobre os problemas que afligem a sociedade.

Tem faltado compromisso com o futuro da nação. Falta planejamento, rumo e objetividade. Nossos gestores não mostram eficiência na gestão pública e não têm compromisso com o futuro da nação.

No que depender dos gestores públicos não teremos futuro do qual iremos nos orgulhar. De nada adianta ser a sexta economia do planeta se temos na contramão um dos piores sistemas educacionais do mundo, um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que não é satisfatório e bolsões de miséria em todos os cantos do país.

Nossa grandeza econômica contradiz com a nossa condição de sociedade que convive e aceita como sendo naturais as desigualdades sociais e de oportunidades em nosso cotidiano. Nossos governantes estão enterrando o presente e acabando com o futuro.

Falta sensibilidade como os temas políticos e sociais para que possamos romper com a cultura de simplificação da vida, da sociedade e da política.

Enquanto assistimos ao espetáculo de descaso e omissão dos nossos governantes, grande parte da nossa juventude permanece pobre, desempregada, morrendo vítima da violência e compondo a imensa maioria da população carcerária.

A situação piora cada vez mais. Os investimentos na educação são na prática presentes de gregos para troianos. No Nordeste brasileiro, 68% das crianças e adolescentes de até 17 anos vivem em situação de extrema pobreza, determinante para a escolaridade, pois a faixa de renda familiar influi na frequência escolar, com reflexos no nível de educação.

Apenas 13,9% dos jovens com até 24 anos estão na universidade. Na mesma faixa etária apenas 36,8% possuem o Ensino Médio completo. Metade da população brasileira de até 24 anos (mais de 19 milhões), sequer possui o Ensino Médio completo, o que acarreta problemas de sobrevivência, com decisiva influência na qualificação profissional e na violência.

Dos jovens entre 18 e 24 anos apenas 37,9% possuem 11 anos de estudos. Mais de um milhão e trezentas mil crianças, entre 8 e 14 anos de idade, matriculadas em escolas, não sabem ler nem escrever.

Entre os brasileiros com idade superior a 25 anos mais de 52% possuem menos de oito anos de estudos e sequer completaram o ensino fundamental. As dificuldades nos estudos se refletem no emprego e na própria vida dos jovens, cuja maioria vive à margem da sociedade e vagam pelo país imersos na marginalidade.

Quase três milhões de jovens não estudam, não trabalham e estão abandonados pelo Estado Brasileiro. O país possui mais de meio milhão de pessoas nas penitenciárias, das quais cerca de 80% são jovens de até 24 anos.

A principal causa da morte de jovens é a violência. Nas famílias abastadas por conta do trânsito e nas de menor renda por assassinatos. O Brasil é o segundo país em desigualdade no mundo e essa situação ainda prevalecerá por muitos anos com o descalabro do Estado estacionário brasileiro.

Inércia

A inércia do Congresso Nacional desmoronou o sonho de avançarmos em prol de um Direito Penal constitucional, uma vez que a redação deplorável do projeto em discussão torna sua reforma um retrocesso pelo texto estruturalmente inconsistente. É um projeto anacrônico com imperfeições técnicas que podem comprometer o devido processo legal.

Violência

Em silêncio, traficantes de órgãos humanos seguem enganando, viciando, extorquindo, transportando, recrutando e coagindo pessoas para realização de transplantes ilegais no Brasil, sem que nada seja feito efetivamente para evitar que, em pleno Século XXI, o homem se comporte como um manipulador tecnicista, vendendo o próprio homem ou pedaços dele, como se fosse mercadoria.

Cúpula do Poder Judiciário recebe demandas da sociedade civil e juízes de Caxias e Região

Com o objetivo de alcançar maior proximidade entre a sociedade e o Poder Judiciário e buscando soluções e melhorias na prestação jurisdicional de forma compartilhada, os desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos (presidente do TJMA), Lourival Serejo (vice-presidente), Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça) e José Luiz Almeida (ouvidor-geral do Poder Judiciário), reuniram-se nessa quinta-feira (22) com representantes da sociedade civil e com juízes de Caxias e comarcas vizinhas. A audiência pública e a reunião também contaram com a presença dos desembargadores Jamil Gedeon e José Jorge Figueiredo dos Anjos; dos diretores do TJMA, Mário Lobão, e da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira; e do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Ângelo Santos. Participaram da audiência pública advogados, servidores públicos, policiais, professores, autoridades políticas do município, entre outros, que levantaram as principais dificuldades e apresentaram propostas para melhoria dos serviços judiciais nas comarcas do polo judicial de Caxias.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Subseção Caxias), Agostinho Ribeiro Neto, falou em nome da classe dos advogados, solicitando providências em relação ao elevado quantitativo de processos em tramitação na 1ª e 2ª Vara de Caxias – sugerindo a rediscussão sobre as competências das três unidades cíveis da comarca; provimento de mais servidores em cargos vagos; criação de mais uma vara cível; nomeação de juiz substituto; ampliação de estacionamento destinado aos advogados; continuidade de convênio entre o TJMA, Cartório do 1º Ofício e Igreja Católica para promoção de regularização fundiária em bairros da cidade; entre outros assuntos.

Durante a audiência, também foram levantadas questões como adoção de acordos de não persecução penal; criação de uma vara da Infância e Juventude e medidas a respeito do descumprimento de liminares determinando reintegrações de posse.

O presidente do TJ, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que as reuniões com juízes e representantes da sociedade civil serão realizadas em todos os polos judiciais do Estado, recebendo diretamente sugestões e reclamações. “Nosso objetivo é que as decisões não sejam somente de cima para baixo, permitindo que os pleitos daqueles que lidam

diariamente com a prestação jurisdicional e dos usuários sejam levados em consideração”, observou. Ele explicou sobre as dificuldades orçamentárias enfrentadas atualmente pelo Poder Judiciário, afirmando que a pretensão para o próximo ano é a nomeação de mais juízes e realização de concurso público para preencher parte dos cargos de servidores que se encontram vagos – como medida de enfrentamento da atual escassez de servidores, principalmente nas comarcas do interior. Afirmou ainda que a CGJ-MA vai realizar estudo para avaliar a readequação das competências das unidades judiciais de Caxias.

O magistrado apresentou ainda outras medidas tomadas pela Administração, como a ampliação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que deve ser implantado em todas as comarcas do Maranhão até junho de 2019; medidas de corte de gastos com pessoal; aumento do número de estagiários do Poder Judiciário e efetivação de residência jurídica; reformas e melhorias estruturais e medidas de segurança nos fóruns; e instalação de equipamentos de videoconferência na comarca de Caxias – que ainda este ano devem ser instalados em Timon e Pedreiras. Ele disse ainda que a Administração estuda propor a criação de uma vara agrária no Estado, com competência para tratar principalmente de conflitos coletivos envolvendo ocupações.

O juiz Simeão Pereira (Timon) sugeriu que o Judiciário maranhense adote um programa de apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes, assim como é feito no Tribunal de Justiça de Pernambuco, que proporciona uma vivência social e afetiva por meio da convivência familiar. O presidente do TJMA autorizou o magistrado a estudar e conhecer o projeto do TJPE, de forma a apresentar uma proposta para implantação de programa semelhante no Maranhão.

O corregedor-geral da Justiça ressaltou o aumento da produtividade dos magistrados de 1º Grau – que até o mês de outubro deste ano ultrapassaram o número de um milhão de tarefas processuais; e apresentou as medidas da CGJ-MA no enfrentamento à taxa de congestionamento, com visitas às comarcas do interior; realização de leilão judicial para permitir a retirada de veículos depositados nos fóruns judiciais; adoção da contrafé eletrônica; regulamentação de atos ordinatórios realizados por servidores, entre outros.

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luz.almeida@globo.com / www.joseluzalmeida.com



A PERIGOSA SENSACÃO DE QUE VALE A PENA TRANSGREDIR

Dou início a essas reflexões anotando que elas têm como ponto de partida a minha conclusão de que a lei penal se constitui um imperativo categórico (Kant), que deve ser aplicada como um fim em si mesmo, em face da necessidade de se castigar quem cometeu um delito, na perspectiva de sua utilidade, como medida de defesa social.

Nesse sentido, para cada delito deve(ria) corresponder, efetiva e eficazmente, à imposição de uma pena, como uma resposta ao sentimento de justiça, como uma retribuição, que, em face de sua exemplaridade, atuaria sobre o espírito sensível da população, afastando dela a atraente sensação de que é vantajosa a prática delituosa (Miguel Reale Júnior), como se deu, por exemplo, como a política de Tolerância Zero, sobre a qual me deterei a seguir.

Pois bem. Antes da implantação da política de Tolerância Zero, nos EUA, baseada na Teoria das Janelas Quebradas, Nova York convivia com uma epidemia de crimes. Nesse ambiente, para ficar apenas num dos exemplos mais expressivos, a cidade arcava com prejuízos, só com passagens de metrô, anualmente, da ordem US\$ 80,000, 000.00.

Com esteio na Broken Windows Theory, o prefeito de Nova York passou a combater essa situação, colocando policiais à paisana junto às catracas do metrô. Assim é que, quando um grupo pulava as catracas sem pagar, todos recebiam imediatamente voz de prisão. Em seguida, eram conduzidos à delegacia, identificados, revistados, fichados, intimados para depor e então liberados.

O simples fato de pular uma catraca de acesso ao metrô, para eximir-se do pagamento da passagem, não era motivo suficiente para manter alguém detido. Desobedecer a uma intimação para depor, entretanto, autorizava a prisão. Assim sendo, aquele que descumprisse a intimação para prestar depoimento, que precedia a soltura, em uma segunda detenção, agora sim, poderia ser preso e assim permanecer.

A população que pagava regularmente a sua passagem, começou a aplaudir cada vez que aconteciam essas conduções em massa. Daí, foi-se disseminando a compreensão de que valia a pena agir dentro da lei, valia a pena agir corretamente, pois, afinal, a Polícia estava agindo de acordo com a lei e garantindo o seu cumprimento.

Com essa simples medida e com a percepção das pessoas de que valia a pena agir de acordo com a lei – o que não ocorria antes, num ambiente de verdadeira anarquia -, o número de pessoas que pulavam as catracas diminuiu drasticamente, sob os aplausos das pessoas de bem.

Digno de registro é que uma parcela significativa das que pulavam as catracas portava armas ou drogas, ou estava sendo procurada por crimes anteriores. É dizer, as pessoas que optavam pelo expediente de pular as catracas para não pagar as passagens, já tinham um histórico de transgressão; contudo, não pagar as passagens, para elas, acostumadas a outros desvios de conduta, era apenas mais um desvio, que, decerto, não sendo combatido com tenacidade, servia de estímulo às pessoas com propensão à transgressão.

O certo é que, com o combate efetivo e eficaz de uma pequena transgressão – pular as catracas do metrô para não pagar – as autoridades responsáveis pela política de Tolerância Zero fizeram com que criminosos refluíssem da prática de outras transgressões mais graves, como porte ilegal de armas de fogo e de drogas, assaltos e homicídios, tudo isso em face da percepção de que os órgãos de controle estavam agindo e, principalmente, em face da percepção de que outras pessoas potencialmente perigosas de que não

valia a pena transgredir.

Com o Tolerância Zero, compreendeu-se que o melhor mesmo é andar de acordo com a lei, a evidenciar que, com a ação efetiva e eficaz das instâncias de controle, desestimula-se a criminalidade, porque as pessoas acabam por se convencer de que o ideal mesmo é andar na linha, é fazer o correto, é não transgredir, não vilipendiar a ordem.

É de se compreender, com efeito, que sempre que as instâncias de controle atuam efetivamente, elas não só alcançam os transgressores, como desestimulam os que têm propensão para o ilícito, ante o receio de que possam ser alcançados por elas, o que não ocorre, infelizmente, no Brasil, já que somente uma parcela diminuta, quase insignificante dos transgressores, recebe a devida resposta penal; e quando a recebe, os criminosos sabem que o tempo de prisão é muito pequeno e que, logo, logo, estarão na rua para, mais uma vez, transgredirem a ordem, com grande probabilidade de não serem alcançados novamente pelas instâncias persecutórias.

De mais a mais, é de se reconhecer que o Brasil sofre de um mal crônico, que estimula a grande delinquência, que condiz com a seletividade do sistema, que só pune mesmo os miseráveis, deixando impune a quase totalidade dos criminosos de colarinho branco, para os quais prisão é apenas uma quimera, uma hipótese excepcional, que de tão excepcional só mesmo o azar os faria ser alcançados. Daí que, tenho dito, a persistir, como ocorre no Brasil, salvo uma ou outra exceção, o combate seletivo e discriminatório da criminalidade não se mudará o rumo da nossa história, pois, nesse cenário, não há como se criar a necessária e profilática cultura de que fazer o correto é o melhor caminho. A continuar as coisas como sempre foram, haverá sempre os que tendem a seguir transgredindo, estimulados pela impunidade, cientes, enfim, de que as instâncias de controle não os alcançarão, porque, afinal, essa é a regra, constatação que se pode inferir em face, por exemplo, das incontáveis fraudes aos processos licitatórios, das quais decorrem significativo desvio de dinheiro público, sem que os fraudadores sejam punidos exemplarmente.

E não o são porque a interpretação que se dá ao comando legal, no particular, é sempre em benefício dos delinquentes e em detrimento do interesse público, pois sempre haverá quem argumente que não houve prejuízo ao erário, em face da aprovação das contas do gestor, ou que, noutro viés, não restou provado o dolo específico, como se a simples aprovação de contas tivesse o condão de provar a inexistência de mau uso dos recursos públicos, ou como se, no caso do dolo, algum transgressor viesse a juízo, num rasco de sinceridade, admitir que fraudou uma licitação com o fim específico de desviar dinheiro público.

É de sabença que todo e qualquer malfetor – e falo aqui dos que têm capacidade cognitiva – avalia os riscos e o sucesso de uma empreitada criminosa. Sopesado os prós e os contras, ele se decide pelo crime ou aborta a empreitada.

No Brasil, no entanto, a quase certeza da impunidade, a proverbial tolerância das instâncias de controle, a probabilidade de, ao fim e ao cabo, receber o criminoso uma pena diminuta, e a certeza, finalmente, de que em breve tempo estará em liberdade para novamente delinquir, funcionam, definitivamente, como uma estímulo à prática de ilícito e fazem de nós uma nação marcadamente frouxa quando o assunto é combate à criminalidade, a incutir nas pessoas – dentre elas uma enormidade de gestores públicos – a sensação de que transgredir vale a pena.

É isso.



Osmar Gomes dos Santos

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

CONSCIÊNCIA HUMANA

Mais amor e respeito ao próximo

Amar, amar e amar! É tudo que o ser humano precisa, merece e deve fazer pelo próximo, pelo mundo. Amar sobre todas as coisas e sob todos os pretextos. Amar acordado, dormir amando, acordar com amor. Amor é tudo! A vida perpassa o sentido formal da palavra amor. Fora de qualquer razão, transcende o real e o figurado, toma conta do “eu” e liberta para o amor. O amor aos familiares, aos amigos. Amor a todas aquelas pessoas com quem convivemos, ou com quem acabamos de conhecer, amor até mesmo ao desconhecido.

O corredor da alma é um caminho cheio de vida e mistérios. Ele leva a uma janela que ao nos debruçarmos chegamos a um lugar jamais pensado: o da consciência, da real posição do ser humano frente ao ser humano. Sem sobrepujar, sem importar a cor da pele, o formato dos olhos, a bolsa que carrega, a roupa que veste, o carro que dirige, o lugar onde mora. A consciência nos iguala. E por falar em consciência, no último dia 20 de novembro foi comemorado o Dia da Consciência Negra. Tal fato fez indagar-me: o que é mesmo consciência negra? De que ela se difere das consciências branca, parda, mameluca? Não sabia se comemorava por ser descendente de negro com branco – e com isso me considerar e ser um negro – ou se aprofundava minha reflexão sobre o mote desse projeto de lei que instituiu o aludido feriado.

O Maranhão foi um dos estados que adotou o aludido dia 20 como feriado. Embora muito debate surja em torno do assunto, acredito ser válido que o dia seja guardado como um marco para a promoção da igualdade, independente da cor que se carrega na pele. Não se pode negar a dívida que o Brasil carrega com sua população negra. Embora não exista uma segregação institucionalizada, como ocorrera em outros países, ainda persiste uma segregação que se dá pela conduta e comportamento para com aqueles que possuem o tom da pele mais escuro. Convém lembrar que pós escravidão os negros foram largados à própria sorte, sem emprego, sem moradia, sem dignidade. Daí porque é importante o enfrentamento dessa questão, mas tomando-se os mesmos cuidados de não promover um efeito reverso, no qual se valoriza o negro em detrimento

do branco, do pardo, do ruivo. Não somos diferentes, repito. Somos humanos, um igual ao outro, em toda nossa constituição. Rememoro os discursos de Nelson Mandela, que sofreu e lutou contra o regime do apartheid, na África do Sul, para marcar minha posição.

Mandela, um dos maiores líderes que o mundo já viu, ao tratar da política dos povos afirmou: “Lutei contra a dominação branca e lutei contra a dominação negra. Porque eu promovi o ideal de uma sociedade democrática e livre, na qual todas as pessoas possam viver em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal que espero viver mas, se necessário for, é um ideal para o qual estou preparado para morrer”. No dizer de Mandela, nem consciência negra nem consciência branca, mas consciência sob todos os aspectos: a consciência verdadeiramente humana.

Ao receber o Prêmio Nobel da Paz, compartilhado com o presidente sul-africano F.W. de Klerk, em 1993, Nelson Mandela, em seu discurso afirmou para todos os que os assistiam: “O valor da nossa recompensa compartilhada deve ser medida e a paz triunfará. Porque a humanidade que une negros e brancos em uma só raça dirá a cada um de nós que devemos viver como filhos do paraíso”.

Mandela continua: “Mas ainda há gente em nosso país que erroneamente acredita que se contribui para a Justiça e à paz aderindo a esses dogmas que só trouxeram desastre. Esperamos que eles possam ser abençoados com o raciocínio, o suficiente para perceber que a história não pode ser negada e que uma nova sociedade não pode ser criada a partir da reprodução de um passado desagradável, por mais que se tente disfarçá-lo ou reconstruí-lo”.

A história a que Mandela se refere é a da humanidade, a minha, a sua. É o legado de todas as cores, porque todas são uma só: a raça humana. Quem foi o primeiro a insinuar que temos distinções? Pois este estava coberto de enganos. Sobretudo, nas relações sociais, deve prevalecer o respeito e os direitos a oportunidades iguais, tal como diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, de forma particular no Brasil, a nossa Carta Constitucional.

Essa construção da consciência universal, indubitavelmente, passa pela educação. Como melhorar os índices de escolaridade,

qualificação e requalificação de todos? Penso que essa tarefa perpassa pelos entes federativos (União, Estados e Municípios), que devem criar mecanismos que fomentem escolas e universidades públicas de qualidade, em detrimento das facilidades para se abrir uma instituição de ensino privada.

Isso remete, naturalmente, a melhores condições de trabalho para os professores e servidores desse setor, contemplando ações de valorização pessoal e oferta de estrutura condizente com os objetivos educacionais, que por sua vez devem refletir os objetivos da nação que almeja o progresso.

É preciso mais que uma Lei de Diretrizes e Bases. A educação de qualidade requer atenção máxima, acompanhamento, desde os anos mais básicos até a educação especializada. Condições adequadas para as séries iniciais, onde se trabalha aspectos indispensáveis ao desenvolvimento cognitivo do aluno. A pluralidade educacional iniciada na fase ginásial, onde cultura e esporte são inseridos com mais veemência.

Um ensino médio que faça jus ao seu propósito de preparar para a vida acadêmica e profissional, aportando, por fim, em um ensino superior digno de capacitar nossos cérebros para os desafios mundiais que se agigantam. Vejam que durante toda essa trajetória educacional não há espaço para discernimento deste ou daquela em razão de sua cor.

E esse desafio é possível ser alcançado. A Coreia do Sul aniquilou o analfabetismo em quase meio século e desponha com um dos países mais desenvolvidos do mundo. A China tem em curso um dos maiores programas educacionais do planeta, cujos resultados já refletem em inúmeras melhorias e coloca o país como único capaz de ameaçar a hegemonia norte-americana.

Isso demonstra que os caminhos não precisam necessariamente ser iguais para todos, pois cada qual carrega uma história que lhe é particular. Mas as oportunidades sim, estas devem alcançar todos – em todos os rincões de nosso Brasil –, levando as condições necessárias à promoção social da nação. Igualdade para todos, de todas as cores, raças, crenças e religiões. O mundo precisa de mais amor e este começa com o respeito. Que as pessoas possam ser amadas, reconhecidas e valorizadas pelo conjunto de valores que carregam consigo e que prevaleça o respeito a uma só raça: a humana.

Em artigo exclusivo no JP

FLÁVIO DINO DETALHA DÍVIDA MILIONÁRIA DEIXADA PELO GOVERNO ROSEANA SARNEY

• *Parcela de empréstimo a ser paga em janeiro de 2019 deve chegar a aproximadamente R\$ 180 milhões*

• *Governador prevê período de dificuldades, mas garante que enfrentará crise “com coragem e transparência”*

Em face da recessão econômica nacional, o governador Flávio Dino resolveu adotar uma política ainda mais austera em seu governo. Em artigo exclusivo no JP, ele explica as medidas adotadas desde que tomou posse no Palácio dos Leões. Além da queda de R\$ 1,5 bilhão nos repasses federais, há dívidas astronômicas deixadas pelo governo de Roseana Sarney, como empréstimo externo cuja parcela deverá chegar a cerca de R\$ 180 milhões logo em janeiro de 2019. Ainda assim, em vista dos graves problemas nacionais e com perversas heranças, Flávio garante que enfrentará as adversidades com coragem e transparência. “É o que temos feito e assim prosseguiremos”. **LEIA ARTIGO DE FLAVIO DINO NA PÁG. 4 (C1)**

br

Flávio Dino

Advogado, 50 anos, Governador do Maranhão. Foi presidente da Embratur, deputado federal e juiz federal



Ajuste para fazer mais

Ao longo desses quatro anos de meu primeiro mandato, governei o Maranhão em meio à maior crise econômica dos últimos 100 anos no Brasil. Fruto disso, tivemos uma queda de R\$ 1,5 bilhão nos repasses federais para nosso estado. É fácil imaginar o impacto disso para as contas públicas do nosso estado.

Também herdamos da gestão anterior uma dívida junto a um banco estrangeiro, fixada em dólar, cuja cotação praticamente dobrou nesses quatro anos. Isso fez com que as parcelas do tal empréstimo, todas pagas por mim, tivessem gigantesco aumento. A parcela de janeiro de 2019 deverá chegar a aproximadamente R\$ 180 milhões. Despesa extra que vem logo em sequência do impacto do 13º salário, provocando um enorme esforço fiscal em curto período.

Merece menção o fato de que todas as dívidas com o Poder Judiciário, da gestão anterior à minha, não foram pagas, de modo que desde 2015 estou pagando os precatórios judiciais de 2012, 2013 e assim sucessivamente.

Mesmo assim, conseguimos entregar 9 grandes hospitais regionais em pleno funcionamento; construir, reformar ou reconstruir mais de 800 escolas; asfaltar 2,5 mil quilômetros de

estradas e vias urbanas; e praticamente dobrar o efetivo de policiais. Ações que exigiram muita responsabilidade fiscal e que aumentaram a oferta de serviços públicos a todos os maranhenses.

Findo esse primeiro mandato, o quadro nacional segue economicamente nebuloso, sem permitir apostas consistentes em uma melhora imediata. O que se percebe, junto aos entes privados, é que aguardam definições mais claras do governo federal para novos investimentos, que venham a reativar a economia. Organismos internacionais já reduziram suas previsões para a economia no próximo ano, diante da falta de indicadores que possam sustentar algum otimismo. A verdade é que ninguém sabe como será o ano de 2019, e por isso temos que adotar medidas aqui e agora, para nos proteger da continuidade da recessão econômica nacional.

Diante dessa indefinição nacional, o Governo do Maranhão está tomando as medidas necessárias para ultrapassar mais esse período de dificuldades.

Nesta semana, editei decreto definindo cortes em áreas administrativas do governo, como aluguel de carros, diárias, viagens e telefones. Com isso, estamos cortando despesas sem

afetar a qualidade dos serviços públicos que ampliamos ao longo desses quatro anos. E sem atrasar a folha dos servidores públicos, pois isso desorganizaria toda a economia do Maranhão.

Em 2015, já havíamos feito cortes, resultando naquele ano em uma economia de aproximadamente R\$ 300 milhões. E seguimos agora, pois é um dever constante de uma gestão séria manter o máximo controle possível da equação receitas e despesas.

Grandes esforços têm sido feito para que não nos percamos no mesmo caminho de grande parte dos estados brasileiros, que não resistiu à crise ao longo desses quatro anos, atrasando e parcelando salários.

Todos podem ter certeza de que o dinheiro administrado pelo Governo do Estado é um dinheiro bem aplicado para o povo do Maranhão, convertendo-se em escolas, hospitais, estradas e policiais. Bem diferente de antes, quando servia ao privilégio e enriquecimento de poucos. Infelizmente lidamos com graves problemas nacionais e com perversas heranças. Cabe-nos enfrentar esse quadro, com coragem e transparência. É o que temos feito e assim prosseguiremos.

ARQUIVO



“Bertin” foi assassinado em março de 2007

Júri Popular dos acusados da morte de “Bertin” será realizado na 2ª-feira

PÁG. 12 [C1]

Júri Popular dos acusados da morte de “Bertin” será realizado nesta 2ª-feira

Nesta segunda-feira (26), será realizada a sessão do Júri Popular dos policiais militares José Evangelista Duarte Santos, Benedito Manoel Martins Serrão e Raimundo Nonato Gomes Salgado, acusados do assassinato de Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, o “Bertin”, que foi prefeito da cidade de Presidente Vargas. O Tribunal do Júri acontecerá no município de Itapecuru-Mirim. Segundo informações da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJMA), a sessão começará por volta das 9h, na Câmara Municipal de Itapecuru-Mirim. Além do homicídio, os réus também respondem por tentativa de homicídio contra Pedro Pereira de Albuquerque, o “Pedro Pote”, em uma emboscada ocorrida no dia 6 de março de 2007. Conforme a denúncia, as investigações policiais revelaram que os denunciados cometeram esses crimes a mando de terceiros, que tinham interesse em se beneficiarem de esquema de corrupção existente naquele município, ou seja, os delitos foram praticados em razão do controle político do município e do uso indevido de dinheiro público. Com o assassinato do prefeito, os mandantes seriam beneficiados, pois Raimundo Bartolomeu deixaria o comando da Prefeitura de Presidente Vargas, permitindo que o então presidente da Câmara de Vereadores



assumisse e colocasse em prática um esquema de corrupção. Após a análise da denúncia, o Judiciário de Itapecuru-Mirim decidiu, diante da existência de materialidade e indícios suficientes de autoria do crime, pronunciar os três executores nas penas do artigo 121, §2º, I e IV combinado com o artigo. 29, todos do Código Penal, em relação a “Bertin”, e nas

penas do artigo 121, §2º, IV combinado com o artigo 14, II e artigo 29 do Código Penal, em relação à vítima “Pedro Pote”, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri.

O CRIME

De acordo com informações do inquérito policial, no dia 6 de março de 2007, por volta das 22h45, na altura do Km 193 da BR-222, em Itapecuru-Mirim, no Povoado Cigana, as vítimas Raimundo Aguiar e Pedro Albuquerque viajavam em carro conduzido pelo primeiro, quando outro automóvel os alcançou, forçando-os a parar, sob a mira de armas de fogo, tendo sido disparados dois disparos na porta esquerda do veículo das vítimas.

Em seguida, os três primeiros denunciados, todos militares, renderam as vítimas e tentaram algemá-las uma à outra. Então, dois tiros foram desferidos em “Bertin” – um na região frontal e outro na região mandibular, enquanto “Pedro Pote” foi imobilizado e alvejado na região mamária direita, transfixando o tórax. Depois de lutar contra o soldado Salgado, Pedro Pereira conseguiu se livrar das algemas, mas ao tentar fugir, perseguido e golpeado com estocadas de faca na cabeça. Após os crimes, os acusados escaparam ao notarem a chegada de um terceiro veículo trafegando na rodovia.